



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO PEDAGOGIA**

ELICA NÉ DE OLIVEIRA RIBEIRO

**CONSEQUÊNCIAS DA CONSTRUÇÃO DA TRANSAMAZÔNICA NA EDUCAÇÃO
ESCOLAR EM ALTAMIRA-PA (1968-1974)**

Altamira, Pará
2018

Elica Né de Oliveira Ribeiro

**CONSEQUÊNCIAS DA CONSTRUÇÃO DA TRANSAMAZÔNICA NA EDUCAÇÃO
ESCOLAR EM ALTAMIRA-PA (1968-1974)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação do Campus Universitário de Altamira da Universidade Federal do Pará, para obtenção do Grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof.º Dr. César Augusto Martins de Souza

Altamira, Pará
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

RIBEIRO, Elica Né de Oliveira
CONSEQUÊNCIAS DA CONSTRUÇÃO DA TRANSAMAZÔNICA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR EM
ALTAMIRA-PA (1968-1974) / Elica Né de Oliveira RIBEIRO. — 2018
35 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade de Educação, Campus Universitário de
Altamira, Universidade Federal do Pará, Altamira, 2018.
Orientação: Prof. Dr. César Augusto Martins de Souza

1. Transamazônica, Relatos Orais, Educação Escolar. I. Martins de Souza, César Augusto, *orient.* II.
Título

**CONSEQUÊNCIAS DA CONSTRUÇÃO DA TRANSAMAZÔNICA NA EDUCAÇÃO
ESCOLAR EM ALTAMIRA-PA (1968-1974)**

Elaborado por

Elica Né de Oliveira Ribeiro

Como requisito parcial para obtenção do grau de

Licenciada em Pedagogia

Defesa em ____/____/____

Prof.º Dr. César Augusto Martins de Souza
(Orientador)

Prof.º Dr. Renato Pinheiro da Costa
(Membro da Banca Examinadora)

Prof.º M.Sc. Pedro Sérgio dos Santos
(Membro da Banca Examinadora)

DEDICATÓRIA

Dedico a todos os moradores do meu município, Altamira Pará, aos nossos antepassados, em especial meu avô Luiz Né da Silva e minha avó Elizabeth Né de França. Que a nova geração possa se reconhecer como parte da história do nosso município.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente ao meu Senhor Deus, autor da vida, pelo seu grandioso amor e cuidado em todos os momentos da minha vida, a Ele toda honra e toda glória, tenho somente a gratidão por mais essa benção;

Aos meus primeiros incentivadores, me passaram os melhores ensinamentos para a vida, papai Armando e mamãe Luiza Elizabeth, mamãe Josefa e papai João Alberto “*in memoriam*” (como gostaria da sua presença...). Agradeço os conselhos e correções nas horas necessárias e, por todo amor que me dão. Vocês são presentes do Senhor para minha vida;

Ao meu esposo José Antônio, pelo amor, companheirismo, incentivo e seu apoio em todos os momentos, essa conquista alcançamos juntos, te amo amor da minha vida!

Aos meus três amores, muitas noites companheiros para as aulas na faculdade. Abigail, Ana Luiza, e Abner Luiz. Obrigada filhos pelos bilhetes de amor e incentivo, por sempre dizerem: “mamãe você é capaz!”. Agradecida por compreenderem meus dias de dedicação aos estudos. Me orgulho e sou muito grata à Deus pelos filhos maravilhosos;

Muito obrigada a toda minha família. As minhas irmãs, meus irmãos, sobrinhos e sobrinhas pelo carinho e incentivo e, em especial à minha sobrinha Marcilene, obrigada por me ajudar nestes últimos dias;

Ao meu orientador professor Dr. César Martins de Souza, por sua paciência nas orientações, compreensão com as minhas dificuldades e limitações. Feliz em tê-lo como orientador e por ter ganhado um amigo. Minha admiração por sua competência e por seus estudos que colaboram com a história da Transamazônica;

Às minhas queridas amigas Marliane e Juliana, amigas de longas datas, que me deram um suporte imprescindível, muito obrigada meninas;

Às minhas três grandes amigas que estiveram mais perto de mim nesses quatro anos, Danielle, por todo esforço em me ajudar, pela sua amizade e carinho em todos os momentos. Liliane, pelos auxílios, amizade e paciência nos momentos em que precisei e a Pamela, por todo apoio, incentivo e sua companhia. Me sinto presenteada pela amizade de vocês;

À minha amiga e professora M s. Regina Celi, que mesmo na correria do seu dia arranjou um tempo para mim, sou muito grata por tudo;

À minha turma da pedagogia 2014, cada um de vocês são muito especiais. Valeu!

Enfim, todas as pessoas que contribuíram direta e indiretamente nesta fase, meu muito obrigada, em especial os participantes entrevistados deste trabalho de conclusão de curso.

“Tudo para. As promessas se foram, mas ficam os homens. Ela continua caladinha, a brisa vindo do leste, o banzeiro quebrando na beira (UMBUZEIRO).”

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
PIN	Projeto de Integração Nacional
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
I PND	I Plano Nacional de Desenvolvimento
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
PIC	Programa Integrado de Colonização
UFV	Universidade Federal de Viçosa
URE	Unidade Regional do Estado
SEMED	Secretaria Municipal de educação
IMM	Instituto Maria de Mattias
GRUPARE	Grupo de Participação e Renovação de Altamira
SESI	Serviço Social da Indústria
EJA	Educação de jovens e Adultos
SEDUC	Secretaria Estadual de Educação do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

OS IMPACTOS DA CONSTRUÇÃO DA TRANSAMAZÔNICA NA EDUCAÇÃO EDUCAÇÃO ESCOLAR EM ALTAMIRA-PA (1968-1974)

RESUMO

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO	10
2 HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO DA TRANSAMAZÔNICA	13
3 CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETOS DE PESQUISA	17
3.1 Caracterizações das escolas	17
3.1 Caracterizações dos participantes da pesquisa	19
4 TRANSFORMAÇÕES NA EDUCAÇÃO EM ALTAMIRA PÓS-TRANSAMAZÔNICA	22
CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS	28
ANEXOS E APÊNDICES	31

APRESENTAÇÃO

Este trabalho está estruturado no formato de artigo, de acordo com a Resolução FAE nº 1 de 2017, que regulamenta a elaboração, orientação, defesa e avaliação de Trabalho de Conclusão de Curso dos alunos de graduação da Faculdade de Educação, FAE/UFPA e segue as regras de formatação para submissão de manuscritos no periódico Revista EDUCAmazônia Educação Sociedade e Meio Ambiente. Qualis- B2 (ISSN 1983-3423- Impressa e ISSN 2358-1468 - Digital Online).

CONSEQUÊNCIAS DA CONSTRUÇÃO DA TRANSAMAZÔNICA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR EM ALTAMIRA-PA (1968-1974)

Elica Né de Oliveira RIBEIRO¹

César Augusto MARTINS DE SOUZA²

RESUMO: Este artigo tem como objetivo discorrer sobre as consequências com a construção da Rodovia Transamazônica, uma das maiores obras da ditadura militar, na educação escolar no município de Altamira. Busca-se assim, problematizar as decorrências causadas com abertura da Transamazônica no âmbito educacional e identificar os investimentos realizados por esse projeto de integração que foi o responsável pelo rápido aumento do índice populacional no município. A partir da análise de entrevistas e relatos de memórias, bem como dos documentos cedidos pelas escolas, foi possível compreender a realidade da educação escolar em Altamira na década de 1970. A pesquisa foi realizada com a utilização de aporte teóricos relacionados a época pesquisada, revistas e livros que dialogam sobre o regime militar, a educação na época da ditadura e sobre o município de Altamira. Os resultados permitem discutir as mudanças que ocorreram na educação deste município e como se deu esse processo no contexto escolar a partir da implantação deste grande empreendimento.

PALAVRAS-CHAVE: Transamazônica. Relatos Orais. Educação Escolar

ABSTRACT: This article aims to discuss the consequences of the construction of the Transamazônica Highway, one of the greatest works of the military dictatorship, in school education in the municipality of Altamira. In this way, we intend to problematize the consequences caused by the opening of Transamazônica in the educational area and to identify the investments made by this integration project that was responsible for the rapid increase of the population index in the municipality. From the analysis of interviews and reports of memories, as well as the documents provided by the schools, it was possible to understand the reality of school education in Altamira in the 1970s. The research was carried out using theoretical contributions related to the studied period, magazines and books that talk about the military regime, education during the dictatorship and about the municipality of Altamira. The results allow us to discuss the changes that occurred in the education of this municipality and how this process occurred in the school context from the implantation of this great enterprise.

KEY WORDS: Transamazônica. Oral reports. Schooling

1 INTRODUÇÃO

A motivação para a construção desse estudo surgiu após a disciplina Fundamentos Teórico-Metodológicos do Ensino de História, onde tivemos a oportunidade de pesquisar sobre a história da praça da Independência em Altamira Pará³.

¹ Graduanda do 8º Semestre do Curso de Licenciatura em Pedagogia – UFPA - *Campus* Altamira - 030, R. Cel. José Porfírio - Recreio, Altamira – PA. elicaneoliveira@outlook.com

² Professor doutor, da Faculdade de Letras da UFPA - *Campus* de Altamira - 030, R. Cel. José Porfírio, 2515 – São Sebastião, Altamira – PA. cesar@ufpa.br

³ Altamira foi fundada em 06 de novembro de 1911, por meio da Lei Estadual nº 1234, resultando da Vila de Altamira, no município de Souzel, no ano 1880. Sua atividade socioeconômica era agricultura, pecuária, a extração da borracha e da castanha-do-pará. A cidade é palco do grande projeto do Governo Federal na década de 1970: a abertura da Rodovia Transamazônica, na gestão do presidente da República Emílio Garrastazu Médici. (MILÉO, 2013, p. 177)

A história desta praça é marcada por vários momentos, construída na época do governo militar para ser o palco das solenidades de hasteamento de bandeiras e encontros das autoridades, entre elas o presidente Emílio Garrastazu Médici.

O antigo desconhecimento sobre a história da praça, principia esta pesquisa sobre as memórias do município, bem como compreender suas transformações históricas e o processo de escolarização.

O presente artigo é um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), com o título “Consequências da Construção da Transamazônica na Educação Escolar em Altamira- PA (1968-1974)”. Tem como objetivo dialogar sobre consequências ocasionados na educação escolar em Altamira por essa construção, uma das maiores obras do país, na época da ditadura militar.

Durante o regime militar na década de 1970, buscando integrar a Amazônia ao resto do país, os militares planejaram construção da rodovia Transamazônica ou BR-230, considerada uma obra faraônica dada as suas dimensões gigantescas. O município de Altamira sede da inauguração da Rodovia Transamazônica que até então tinha uma população de pouco mais de 15 mil habitantes sendo a maioria da zona rural (UMBUIZEIRO e UMBUIZEIRO, 2012), foi palco de várias histórias com a abertura da Transamazônica. O pequeno município e seus moradores “assistiam com expectativa e até mesmo uma certa euforia o início das obras da rodovia” (MARTINS DE SOUZA, 2014, p.4).

A construção da rodovia Transamazônica no governo do presidente Emílio Garrastazu Médici, ocasionou um surto desenvolvimentista em suas margens, tendo os municípios polo definidos como área de segurança nacional, de forma que os prefeitos passaram a ser nomeados pelo governo estadual ou federal, e assim, para Oliveira et al (2010) é inegável que houve um processo acelerado de urbanização, fatores estes que de acordo com os autores Umbuzeiro e Umbuzeiro (2012, p. 283) levaram a cidade a sofrer com “uma explosão demográfica que abalou, até os alicerces, sua estrutura física, política e social”.

Diante da realidade do município seriam necessárias profundas mudanças estruturais para atender as expectativas deste empreendimento, que de acordo com Martins de Souza (2014) marcaria decisivamente, as memórias de uma grande parte do Brasil, como também ficaria conhecida como uma obra inacabada, mas o futuro e as memórias posteriores diriam se o então denominado maior projeto de colonização do mundo [...] poderia ou não vir a ser [...] a

tão desejada [...] integração e domínio de mais da metade do Brasil” (MARTINS DE SOUZA 2014, p.3).

Em relação a educação, Altamira começou a desenvolver um processo de estruturação para receber os imigrantes que viriam atraídos por esse empreendimento. A educação que era oferecida em apenas três escolas, foi ampliada e entre 1970 e 1974 foram construídas outras quatro escolas (UMBUZEIRO; UMBUZEIRO, 2012) Marechal Deodoro da Fonseca, Professor Antônio Gondim Lins, Mirtes de Oliveira (Escola do Serviço Social da Indústria).

Por se tratar de período ditatorial a formação do professor toma posição secundária no processo educativo. Nota-se que no ensino técnico, reforçada durante a ditadura, era o Governo quem definia o que os professores e alunos deveriam fazer, quando e de que forma fariam. De acordo com Leme (2015, p.3) “houve uma grande dificuldade em formar e capacitar professores que acabavam por ensinar de modo informativo”.

Com a observação do período temporal a ser estudado, este trabalho tem como objetivo discorrer sobre os impactos da construção da Rodovia Transamazônica na educação escolar no município de Altamira, buscando problematizar as consequências e os investimentos por ela trazidos. Trata-se de um estudo empírico de abordagem qualitativa, baseada em relatos orais, os quais enriqueceram a pesquisa considerando a escassez de registros oficiais e as restrições de acesso às informações nas instituições responsáveis.

Para Cruz (2009), os relatos orais podem ser um recurso metodológico muito interessante a ser utilizado na pesquisa educacional, pois permite ao pesquisador ir além do conhecimento superficial, garantindo a possibilidade de entender de forma profunda o objeto da pesquisa, recuperando o passado através das memórias entrelaçadas ao contexto social e histórico dos sujeitos.

A partir de entrevistas com professores que trabalharam durante o período empregado para esta pesquisa, foi possível, juntamente com outras fontes, como documentos disponibilizados pelas escolas e pelos próprios participantes, construir um conhecimento sobre o olhar destes em relação a educação no município de Altamira à época da construção da Transamazônica.

Desta forma, foi realizada a coleta de dados sobre as histórias e as memórias de cinco professores no final do ano de 2017 até fevereiro de 2018. Além das entrevistas e documentos foram utilizados diversos referenciais teóricos para fundamentar os dados coletados e possibilitar uma discussão sobre a temática.

Os entrevistados foram selecionados por serem protagonistas no processo de colonização da Transamazônica e por terem suas atuações profissionais voltadas à educação.

Para tanto foi necessário um diálogo inicial para esclarecimento dos objetivos da pesquisa, e um convite para participarem da mesma. Após as respostas afirmativas, foram marcadas as entrevistas em um local definido por cada entrevistado.

Utilizamos a técnica de entrevista com roteiro semiestruturado, pois de acordo com Triviños (1987), são “questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessa à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, [...] que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante” (TRIVIÑOS, 1987, p.146), tal técnica permite aprofundar as questões e contradições a partir dos atores sociais, o que tornou possível a percepção acerca de suas vivências na época da construção da BR-230 e como ocorreram transformações na cidade, sobretudo no tocante à educação escolar.

Neste artigo, faremos a caracterização das escolas, no início da década de 1970, para entender aquele momento histórico e como impactou a educação escolar em Altamira e consequentemente as vidas dos moradores antigos e dos migrantes que se estabeleceram no processo de colonização implementado pela ditadura.

2 HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO DA TRANSAMAZÔNICA

Em 1970 começou a se ouvir mais forte alguns dos lemas, que marcariam a história de muitos brasileiros, “Integrar para não Entregar”, no qual a Amazônia é propagandeada como um lugar vazio de terras sem homens, o que motivou milhares de pessoas a migrar em busca de uma vida melhor. Começa-se abertura à “lendária” Transamazônica, “os militares estarão empenhados em descrever esse vazio como esperança, como possibilidade, como um novo lugar: a partir do vazio tudo pode ser construído” (MORBACH, 2001 p. 4), iniciou-se a narrativa de uma estrada que corta o Brasil, do nordeste à região amazônica, que almejava ligar os dois grandes oceanos, Atlântico e Pacífico.

Souza (2014, p.180), afirma que, na década de 1970, o presidente Emílio Garrastazu Médici, cujo governo ficou conhecido como “*anos de chumbo*” por ter sido o mais repressivo da ditadura (1970-1974), anunciou a construção de uma das maiores rodovias, para atravessar a Amazônia e possibilitar a integração rodoviária dos oceanos Atlântico e Pacífico. O projeto visava ocupar a região por sertanejos nordestinos que sofriam por causa da seca e com trabalhadores rurais que não tinham terras da região do sul.

Conforme Neto (2013), para integração da Amazônia ao resto do país o governo promove a implementação de vários programas a Transamazônica seria o símbolo do “milagre brasileiro”:

[...]na primeira metade da década de 1970 o país vivia o auge do chamado “milagre econômico” ou “milagre brasileiro, período no qual a presença do Estado militar na região amazônica se fez sentir por meio da implementação de uma série de programas e metas governamentais voltados sobretudo para a construção de estradas e projetos de colonização e reforma agrária, visando à integração da Amazônia ao todo nacional, bem como ocupar seus “espaços vazios” ou “vazios demográficos”. (NETO, 2013, p.1)

Estes supostos “vazios demográficos” seriam ocupados, e se tornariam espaços desenvolvidos para o progresso vivido no país, não levam em conta a presença de populações tradicionais existentes na Amazônia. Os quais seriam incluídas apenas como atingidas pelo projeto “[..] e não como sujeitos, pois se referem a eles como se não existissem ou como obstáculo, parecendo ser algo sem importância ouvi-los.” (SOUZA, 2012, p. 35). O grande desafio de ocupar os chamados “espaços vazios”.

Diante deste contexto cria-se o Projeto de Integração Nacional (PIN) o qual é ainda hoje, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que na época ficou responsável por “criar núcleos urbanos integrados à Zona Rural em uma faixa de 10 km de largura de cada lado da rodovia Transamazônica, de modo favorecer a atividade agrícola e fixar o homem no campo” (REGO, 2015, p.90).

Outra estratégia de colonização do governo militar para Amazônia é a criação do primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), qual objetivo seria o crescimento e expansão do mercado, buscou realizar o potencial de crescimento representado pelos fatores básicos de que dispõe o país, e em uma das três bases principais, enfocava o aproveitamento ao máximo do recurso humano ou seja, investimentos na qualificação da mão de obra (BRASIL, 1971). A educação deveria assegurar o processo de desenvolvimento econômico do país através da consolidação da estrutura do capital humano.

Realizar-se-á programa intensivo de preparação de mão-de-obra, dentro da política de educação permanente. - Ao mesmo- tempo, a expansão das oportunidades de emprego deverá efetivar-se a taxas crescentes, superiores às do crescimento da oferta de mão-de-obra, em níveis de renda e produtividade acima dos de economia de subsistência. Tais oportunidades serão abertas pelo crescimento acelerado, com adequada política tecnológica e definição de prioridades setoriais e regionais, bem como pela mobilidade social e ausência de preconceitos, raciais ou de outra ordem. (BRASIL, 1971a, p. 19).

O processo de colonização ocorreu em toda Amazônia a partir da exploração dos recursos naturais, muitas vezes essa ocupação “se fez em surtos a partir da valorização de produtos extrativos no mercado internacional” (BECKER, 2004, p. 117). Nesse sentido, já havia uma interação entre os sujeitos nativos, bem como aqueles que residiam desde o período da borracha, porém, essas relações se intensificaram com a criação da BR-230. “O cotidiano

nunca mais seria o mesmo para ribeirinhos, indígenas e outros sujeitos da região que viam suas vidas serem bruscamente alteradas” (MARTINS DE SOUZA 2014, p. 7).

Diante deste contexto, sabe-se que os “espaços vazios” já eram ocupados, Moran (1977) chama atenção para o estudo sobre o esquema de povoamento da Transamazônica, diante dos antigos moradores que deverão se adaptar com os novos moradores imigrantes:

O esquema de povoamento da Transamazônica oferece um laboratório especialmente bom para esse tipo de estudo. Além de nova população de imigrantes, a qual manifestará uma ampla variedade de adaptações, há também uma população de residentes locais que tem vivido na região por uma ou mais gerações. Esses últimos desenvolveram suas próprias estratégias adaptativas para lidar com o ambiente físico; mas agora eles têm que se ajustar às novas condições sociais e institucionais trazidas pela colonização planejada (ou dirigida). Os recém-chegados, por outro lado, vêm passando por um processo rápido de adaptação às mudanças em suas condições físicas e socioeconômicas (MORAN, 1977, p. 363)

Diariamente chegavam novos moradores, além dos migrantes que eram trazidos pelo INCRA vinham famílias migrantes por conta própria. Chegavam pessoas de todos lugares do mundo conhecer este grande empreendimento, a pequena cidade recebia pessoas de vários lugares, equipes de imprensa e pesquisadores: “Contudo, não apenas Altamira experimentou tal fervilhar, pois outras cidades como Marabá, Tucuruí e Itaituba, no Pará, assim como Estreito, no Maranhão, Humaitá e Lábrea, no Amazonas, tornaram-se tema de debates nacionais” (ROMANI, SOUZA e NUNES, 2014, p. 180).

Em Altamira a população urbana em 1960 era de 3.055 pessoas, na área rural era bem maior, chegava a 8.932 habitantes (UMBUZEIRO; UMBUZEIRO, 2012). Em 1970 o crescimento urbano se intensifica no município.

Tabela 1- População

População Residente	1970	1980
Altamira	15.345	46.496

Fonte: IBGE (2000). Censo demográfico

A Transamazônica trouxe esperanças e desesperanças, aos moradores do município de Altamira, que sofreu um forte aumento populacional, com a chegada das pessoas que vinham para “integrar” sonhavam em ter uma boa terra para plantar e viver. Freitas e Alves (2017, p. 113), analisam as narrativas de duas filhas de migrantes sobre sua infância na Transamazônica,

e como foi a vinda de suas famílias. Recordam as dificuldades que passaram na época, lembrando os sofrimentos enfrentados, como o “medo do mato”, e o trabalho no campo para ajudar a família. A autora também evidencia sobre o processo escolar dessas imigrantes, que para estudar precisariam se deslocar até as escolas situadas na cidade:

De acordo com as vozes de Joana e Pedrina, seu cotidiano infantil era permeado por brincadeiras, estudos e trabalho. Estudavam quando possível, em escolas municipais da cidade, ou nem frequentavam a escola, como foi o caso de Joana, declarando que sua vida sempre foi de muito trabalho e pouco estudo. Às vezes, era matriculada, mas precisava sair, para ajudar a família na roça. Com relação ao seu processo de socialização e grupalização, quase sempre se resumia à família ou vizinhos, mas ainda havia o grupo comunitário, geralmente o escolar ou religioso ou da vizinhança. (FREITAS e ALVES, 2017, p. 9)

A construção da BR-230 atraiu inúmeros trabalhadores e suas famílias, vindos principalmente da região nordeste. A estrutura educacional do município precisou ser reformulada para atender à crescente demanda populacional. A zona urbana de Altamira era o lugar onde essas e outras crianças, mesmo de lugares um pouco distantes, poderiam estudar, ocasionando ainda mais dificuldades às famílias de migrantes, mas, apesar de tudo, muitos permaneceram, sonhando com uma vida melhor. Observa-se que mesmo em 1978, ainda não funcionavam escolas nos assentamentos para suprir a necessidade escolar das crianças, deixando claro que Altamira precisaria de grandes investimentos na educação.

Germano (2008) observa que além da intervenção na política, a educação foi requerida para dar sustentação ao projeto da ditadura. A educação era voltada para formação de mão de obra, a fim de suprir as demandas do crescimento das fábricas, com o propósito da capacitação da mão de obra jovem. Assim, o governo implantou reformas em todos os níveis de ensino, da educação básica à universidade. Isso ocorreu entre 1968 e 1971, portanto, no auge do período ditatorial, tanto em termos políticos como econômicos.

Esta reforma educacional realizada durante a ditadura, influenciou todos os níveis educacionais, com a promessa de aceleração da Alfabetização em massa. Deste modo, foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), para atender o público entre 15 e 35 anos, assim como a implantação ao sistema de ensino do 1º grau, integrando o primário (1ª a 4ª séries) e o ginásio (5ª a 8ª séries), através da universalização progressiva dos níveis de ensino como também deu continuidade a reforma universitária. A Lei 5.692/71, reformou o ensino de 1º e 2º graus, na estrutura e organização do ensino, contudo sem alterar os objetivos gerais da lei educacional anterior Lei 4.024/61. (LEME, 2015). Houve também a mudança no currículo tornando obrigatória a inclusão de disciplinas:

Art. 7º Será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus, observado quanto à primeira o disposto no Decreto-Lei n. 369, de 12 de setembro de 1969. Parágrafo único.

O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais dos estabelecimentos oficiais de 1º e 2º graus (BRASIL, 1971).

Entre os projetos de colonização que deu suporte a educação no PIC- Altamira em todas as áreas do conhecimento, foi a Fundação Projeto Rondon, cujo objetivo seria levar a juventude universitária ao conhecimento da realidade brasileira e contribuir no processo de integração e nas políticas de desenvolvimento do país, a Universidade Federal de Viçosa fica responsável pelo o desenvolvimento educacional.

O alojamento do projeto é atualmente o *Campus* de Altamira, ficavam os trabalhadores do projeto, os estudantes da Universidade Federal de Viçosa (UFV), como também professora a Maria, uma das participantes do projeto Rondon relata que:

Vim para Altamira a convite do reitor da Universidade Federal de Viçosa, pelo Projeto Rondon, vim para dar suporte a este trabalho por um ano, mas como não conseguiram ninguém acabei ficando. Quando chegamos aqui minha principal missão era: Implantação de cursos Universitários. (MARIA, 2017).

3 CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETOS DE PESQUISA

Antes mesmo de ficar conhecida por “capital da Transamazônica”, Umbuzeiro e Umbuzeiro (2012, p. 313) ressaltam que “a educação sempre foi uma preocupação constante de todos aqueles que vieram fixar-se na região do atual município de Altamira”. Em 1970, a educação escolar deveria se reestruturar para receber a demanda populacional vinda através deste grande empreendimento. Desta forma, além de caracterizar o processo da educação escolar em Altamira após o impacto da Transamazônica é relevante identificar como foi a realidade e os desafios enfrentados na abertura da rodovia, período que mudaria o contexto da região amazônica. Para tal rememoração foram utilizados relatos dos participantes da pesquisa e análise de documentos.

3.1 Caracterização das escolas

Para identificar o panorama das escolas da área urbana do município de Altamira na década de 1970, encontramos lacunas relacionadas às fontes documentais como relatórios escolares inicial e final de cada ano letivo com identificação de professores, alunos, quantidade de turmas.

A atual 10ª Unidade Regional do Estado (URE) que em 1970 passou a ser o órgão responsável pela educação no município, não dispunha de documentos de todas as escolas da época além dos contratos de professores, diretores e secretários para lotação nas escolas. A justificativa da ausência dos documentos se dá por dois fatores: I- poderiam ter sido levados para Unidade Regional de Belém capital do Estado. II- quando ocorreu a municipalização das escolas de Altamira podem ter sido repassados para a administração da Prefeitura Municipal. Na Secretaria Municipal de Educação (SEMED) foi protocolado o pedido de acesso aos documentos e não foi recebido o retorno.

Nesse sentido nas outras instituições a identificação das escolas, ano de fundação, séries ofertadas, como eram o ensino e o funcionamento dessas escolas, só puderam ser realizadas por meio de relatos orais dos professores participantes de seus documentos pessoais, bem como dos documentos disponíveis nas três escolas enfocadas para construção desse artigo, e também através de estudos desenvolvidos sobre a história da região.

Umbuzeiro e Umbuzeiro (2012, p. 146) afirmam que em 1959 existiam em Altamira 15 escolas primárias, 28 professores e 1184 alunos matriculados e 40 alunos matriculados no ensino médio em uma escola. Contudo os autores não indicaram quais eram essas escolas. Após o levantamento de dados foram identificadas 11 escolas no município, com seus respectivos nomes e níveis de ensino ofertado (Quadro 1).

Quadro 1- Identificação das escolas da zona urbana do município de Altamira até 1970.

ESCOLAS	FUNDAÇÃO	NÍVEL DE ENSINO	SITUAÇÃO
Eurídice Santos	Não informado	Alfabetização	Desativada
Beliza Castro (Iaiá)	Não informado	Alfabetização	Desativada
Xandu Noronha	Não informado	Alfabetização	Desativada
Nair Lemos	Não informado	Alfabetização	Desativada
Grupo Escolar	1930	Alfabetização /Primário	Desativada
Escola Normal Regional	1949	Ensino médio	Desativada em 1955
Dom Clemente Geiger	1949	Primário	Ativo
Instituto Maria de Matias	1953	Primário, Ginásio e Formação Pedagógica	Ativo
Grupo Escolar Porfírio Neto	1960	Alfabetização /Primário	Desativado
Deodoro da Fonseca	1970	1ª a 4ª Séries	Ativo
Antônio Gondim Lins	1970	1ª a 4ª Séries	Ativo

Fonte dos dados: Elaboração própria, com base em documentos da época.

A Escola Dom Clemente iniciou suas atividades em 1949, em uma casa alugada no bairro de Brasília pela prefeitura municipal, na gestão do prefeito Eládio da Costa Pedrosa, visando atender os alunos do primeiro bairro de Altamira. Em 1967, a “Prelazia do Xingu” cedeu um prédio com duas salas de aula, secretaria e sanitários, recebeu o nome de Escola Dom Clemente, em homenagem ao primeiro bispo da cidade, passou a funcionar como anexo do Grupo Escolar Deodoro da Fonseca até o ano de 1973.

Antes do Instituto Maria de Mattias (IMM), a educação escolar em Altamira era ofertada até o ensino primário, para evitar a ida da juventude à procura de escolas com níveis de ensino mais elevados de ensino em outras cidades. O Padre Eurico Krautler se empenhou para abertura do IMM, que foi inaugurado em 1953, contando com 100 alunos. Em 1962, é criado o Curso Pedagógico que era formação de professoras. (UMBUZEIRO; UMBUZEIRO, 2012).

O Grupo Escolar Porfirio Neto é inaugurado em 1960 pelo prefeito José Burlamaqui de Miranda, de forma que os professores e alunos e demais servidores do antigo grupo escolar foram remanejados para esta sede. Após sua desativação o antigo prédio passa a abrigar a sede da 12ª Unidade Regional do Ensino.

Em 1970, foram inaugurados o Grupo Escolar Deodoro da Fonseca e o Grupo Escolar Prof. Antônio Gondim Lins, objetivando atender crescente demanda a partir da construção da Transamazônica. Essas escolas funcionavam em 3 turnos: 1º turno 7:00 -10:00hrs, 2º turno 10:00- 13:00hrs, 3º turno 14:00 – 17:00hrs.

Para as demais escolas não foram identificados documentos que pronunciasse a identificação além de nome e dos níveis de ensino.

3.2 Caracterização dos participantes da pesquisa

Participaram da pesquisa cinco professores, dos quais quatro acompanharam este processo escolarização do município e ainda um, se encontra em atuação na rede estadual, enquanto os outros três estão aposentados. Para não permitir a identificação é resguardada a identidade de todos os participantes entrevistados, que são identificados por nomes fictícios.

Esses professores sentem alegria ao recordar suas experiências, como eram as escolas, o ensino, seus professores, antes da construção da Transamazônica:

Comecei a estudar no grupo escolar, ficava perto da antiga prefeitura, era uma escola precária, improvisada, acho que de uma casa fizeram uma escola. Ensinavam direitinho, estudei alfabetização e primeira série. Segunda série, já tinha a

construção do grupo onde era a 12ª Unidade Regional de Ensino, era o grupo escolar do Dr. Porfírio Neto, passei para lá, fiz 2ª, 3ª, 4ª e 5ª série, depois, tinha um exame que a gente fazia, o exame de admissão que era tipo um vestibularzinho para passar para o ginásio, se você não passasse, não podia entrar para no ginásio. Fiz o exame de admissão, tinha um livro, “Livro de Admissão ao Ginásio” estudei nele, fiz e passei! Fui para o Instituto Maria de Mattias e fiz o ginásio lá, até a 8ª série, graças a Deus nunca fui reprovada! depois da 8ª série, naquela época não era magistério, era o Curso Pedagógico, os professores, vinham de Manaus, mais eram freiras vinham de outras escolas. Também tinham uns professores daqui por sinal muito bons, inclusive eu tive o privilégio de ter como professor o 2º bispo de Altamira o Dom Erwin, ele dava aula de filosofia, psicologia e de inglês. Veio da Áustria com muita experiência. Nós gostávamos muito. Então me formei lá no Instituto Maria de Mattias (PROFESSORA ISA, 2017).

Professora Isa, altamirense, ministrava suas aulas em duas escolas: o grupo escolar Deodoro da Fonseca em 1972 e, depois de um ano, passa no processo seletivo da escola Mirtes de Oliveira, onde lecionou por 21 anos, até abandonar a profissão, devido problemas pessoais. Atualmente, ela está aposentada por tempo de contribuição da previdência social.

O processo escolar dos alunos no município de Altamira iniciava geralmente aos sete anos, era ofertado o primário⁴ e, só poderia fazer o ginásio⁵ ao passar no teste de admissão. Este teste de admissão era obrigatório e durou 40 anos no Brasil. Silva (2016) explica que as inscrições para o teste eram pagas, e a idade mínima era de 11 anos. As provas eram orais e escritas e realizadas nas escolas em que as crianças desejavam estudar, sendo elaboradas, aplicadas e corrigidas pelos professores desta mesma escola, os conteúdos se dividiam em quatro áreas do conhecimento: Língua Portuguesa, Matemática, História do Brasil e Geografia do Brasil.

O teste de admissão era determinado pelas leis vigentes, e foi extinto com a lei nº 5.692, de 1971 e altera a organização, integra o ensino primário ao ginásio, estabelecendo ser primeiro grau, com a duração de oito anos e, o segundo grau, com duração de três anos (BRASIL, 1971).

Após os quatro anos do ginásio, em Altamira ofertava-se o curso pedagógico, a formação de professores para o primário. Essa estruturação do ensino mudaria também com a lei nº 5.692, o ensino colegial⁶, passa a ser 2º grau com habilitação no magistério. Estes professores ao lecionarem nas escolas de Altamira, recebiam cursos de aperfeiçoamento para

⁴ Ensino primário nesse período, organizava-se, dividido em dois cursos sucessivos – elementar e complementar. Art. 41. O ensino primário elementar é obrigatório para todas as crianças nas idades de sete a doze anos, tanto no que se refere à matrícula como no que diz respeito à frequência regular às aulas e exercícios escolares. Art. 7º O curso primário elementar, com quatro anos de estudos (BRASIL, 1946).

⁵ Em 1942, o ensino secundário sofreu nova alteração com o Decreto-Lei nº 4.244. Foi dividido em dois ciclos: um primeiro de quatro anos, chamado de ginásio.

⁶ O colegial é o segundo ciclo do ensino secundário, de três anos (com dois tipos de curso: científico e clássico) (SILVA, 2016).

atender as necessidades escolares, os cursos eram ministrados por professores que vinham de outra cidade, geralmente aconteciam nas férias dos professores:

A educação nesta época ajudou muito o professor, pagando cursos de férias. Vinham de Belém os professores de matemática, português de várias disciplinas. Nós não tínhamos férias íamos estudar, aperfeiçoar o ensino. (PROFESSORA ALMIRA, 2017)

Professora Almira, atualmente aposentada, depois de 25 anos em sala de aula, chegou em Altamira com três meses de vida em 1933, nasceu em uma localidade chamada Rio Pacajá, a professora se considera altamirense, lecionou primeiramente na zona rural de Altamira, após ser nomeada professora. Ela trabalhou no grupo escolar Prof. Antônio Godinho Lins e no Instituto Maria de Mattias.

Professora Joana, altamirense, professora aposentada, lecionou em várias escolas de Altamira antes e após a abertura da BR- 230, com curso pedagógico. Em 1970, na condição de bolsista da Secretaria Estadual de Educação do Pará (SEDUC-PA), participa do curso de professor supervisor em Inhumas- GO e depois de um ano foi lotada em Altamira como supervisora escolar da SEDUC- PA. Em 1978 participou da implantação do MOBREAL até 1981, indo trabalhar em regência de classe na Escola Dom Clemente. Fez o curso de Pedagogia na Universidade Federal do Pará (UFPA), no Campus de Santarém. Dentre seus na educação também foi Diretora da 10ª URE e coordenadora do setor pedagógico da Secretaria Municipal de Educação em Altamira.

Outro interlocutor, também altamirense, é o senhor Pedro, professor formado em educação física e geografia, fez parte do processo de escolarização em Altamira na abertura da Transamazônica como estudante e professor:

Na construção da Transamazônica, o IMM começa a receber sexo masculino no curso pedagógico, conseqüentemente fui convidado a trabalhar na escola Dom Clemente recém reconstruída pelo empreendimento da Transamazônica e fomos trabalhar ainda no 2º ano do curso pedagógico, posteriormente o Bispo do Xingu Dom Erwin vice-diretor, na época padre, me convidou para trabalhar educação física no Maria de Mattias. Fui agraciado, passei no vestibular para educação para física em Belém (PEDRO, 2017).

Professor Pedro tem 29 anos dedicados à educação, atuando em escolas do município e estado até os dias atuais. Foi também entrevistada a professora Maria, graduada em Pedagogia, que atuou no projeto Rondon e como uma das que se empenharam pela construção de importantes projetos e instituições educacionais em Altamira.

Desta forma, Altamira que viraria simbolicamente a capital da Transamazônica, teria que atender as necessidades diante das transformações da abertura da BR- 230. Na área da

educação escolar, necessitaria de investimentos para qualificação de professores especializados, abertura de mais escolas e implantação de curso superior. Nesse período o ensino passa a ser pautado na formação para o trabalho, com a finalidade de atender a economia do país.

4 TRANSFORMAÇÕES NA EDUCAÇÃO EM ALTAMIRA PÓS-TRANSAMAZÔNICA

Uma das transformações na cidade de Altamira em decorrência da construção da Transamazônica foi o aumento do número de escolas para ampliar a oferta no nível de ensino e assim atender ao crescimento populacional. Em 1973 foi inaugurada a escola do Serviço Social da Indústria (SESI) a qual se chamava Escola de 1º Grau Mirtes Oliveira e, neste mesmo ano, o Governo do Estado do Pará autorizou o funcionamento da Escola Dom Clemente Geiger. Em 1974, o governo militar inaugurou a Escola Polivalente de Altamira.

A escola Dom Clemente Geiger, neste período funcionava como um anexo do Grupo Escolar Deodoro da Fonseca, com o ensino de 1ª a 4ª séries do Primeiro Grau, passando a ser chamada de Escola Estadual Dom Clemente Geiger. Em 1975, iniciou-se a ampliação desta escola e a “Prelazia do Xingu” fez a doação do terreno, onde foi construída em estrutura metálica com seis salas de aulas e dependências administrativas. Foi em 1976 que a escola passou a funcionar com o nome Escola Estadual de 1º Grau Dom Clemente Geiger, escola que sempre atendeu as crianças do bairro de Brasília no município de Altamira. (RESUMO HISTÓRICO ESCOLAR, s/d)

De acordo com a documentação do SESI, a instalação dos trabalhos principalmente da escola SESI na Transamazônica, basearam-se nos resultados obtidos após pesquisas na região, que constatou: I- a grande quantidade de indústria, II- a carência de escolas primárias, III- grande número de trabalhadores analfabetos e seus dependentes a procura de escolas. Visando a colaboração para melhoria dos trabalhadores foram instalados três centros de atividades do SESI na área da Transamazônica, além de Altamira, Marabá e Santarém. De acordo com as diretrizes desta ação foram adotados prioridades e critérios de atendimento de acordo com a realidade de cada município. (RELATÓRIO SESI- ESCOLA PRIMÁRIA DE ALTAMIRA, 1973)

Em Altamira, além da escola, o SESI veio oferecer Lazer e Assistência Social. A escola se organizava com: uma diretora, uma educadora, quatro professoras primárias, duas professoras de supletivo e uma merendeira, além de dois recreadores (lazer), um assistente e

social e um datilógrafo (serviço social), que ofereceriam tais programações, cursos domésticos e orientação social, lazer e serviço social e iniciou

A escola primária de Altamira funcionou com quatro turmas de primeira série e duas de primeiro nível do supletivo, possuindo no início do período com 90 alunos do sexo masculino e 50 do sexo feminino. Com o término do ano escolar, ficamos com 77 alunos do sexo masculino e 45 do sexo feminino. Funcionava em 3 turnos por existirem apenas 2 salas de aula, comportando um número de 25 alunos em cada turma (RELÁTORIO SESI- ESCOLA PRIMÁRIA DE ALTAMIRA, 1973, p. 6).

Conforme a estatística do relatório, do término deste ano letivo estão divididos de acordo com a faixa etária, de 7 a 10 anos- 69 alunos, de 11 a 20 anos: 30 alunos e de 21 a 40: 23 alunos. Não houve evasões na faixa etária de 7 a 10 anos, houve maior índice de evasão na faixa etária de 21 a 40 anos e no curso supletivo e do sexo masculino (RELÁTORIO SESI- ESCOLA PRIMÁRIA DE ALTAMIRA, 1973).

Para a melhoria do nível de ensino ofertado aos alunos, a escola SESI promoveu um curso de Psicologia Infantil, para os professores no período das férias escolares. “Procurando também, melhorar o nível de nossos professores que, em consequência do próprio meio em que vivem tornando-se desatualizados. Tal fato deve-se ainda a dificuldade de comunicação aos centros mais adiantados” (RELÁTORIO SESI- ESCOLA PRIMÁRIA DE ALTAMIRA, 1973 p. 9). Este curso foi realizado na escola do SESI em Altamira, foram realizados também debates sobre a idade dos alunos para os enquadrarem nas séries de acordo com suas idades. Professora Isa, participante da pesquisa, que lecionou por muitos anos nesta escola, recorda que

Sempre eram ofertados cursos de aperfeiçoamento, cursos didáticos, eram muitos cursos que tínhamos, éramos muito bem assistidos sempre vinham pessoas de Belém, e algumas vezes nós íamos para Belém fazer os cursos, davam todo apoio, traziam material era tudo, o SESI na época era a melhor escola da cidade e a que pagava melhor os professores. (ISA, 2018)

O SESI em convênio com a Secretaria de Educação do Estado do Pará, a Escola de 1º Grau Mirtes de Oliveira Santos recebe orientações didáticas da 12ª URI. Um ano depois esta escola começa a receber orientações pedagógicas e didáticas através da orientadora da própria escola.

Em 1974, no relatório final deste ano, chama-se a atenção para o aumento do número de alunos e de turmas em relação ao ano anterior, que passa a funcionar com 13 turmas, 10 de ensino fundamental: quatro turmas de 1ª série, quatro de 2ª série, uma de 3ª série e uma de 4ª série e três supletivos, com duas turmas de I nível e uma turma de II nível. No início do ano letivo 141 alunos do sexo masculino e 115 do sexo feminino, no termino do período escolar

aumentam para 183 do sexo masculino e 149 sexo feminino. As turmas funcionaram três turnos: cinco pela manhã, cinco pela tarde e três à noite (supletivo) (RELATÓRIO ANUAL- SESI, 1974).

Observa-se que para atender as crescentes demandas e as carências da educação em Altamira, a Escola do SESI é ampliada para atender as necessidades do setor educacional. Ao término do primeiro ano de funcionamento percebe-se uma diminuição do número de alunos, no ano seguinte este número em relação ao início aumenta significativamente, evidenciando o aumento da demanda educacional na cidade.

Atentando-se às finalidades das políticas educacionais implementadas pela ditadura, para atender a preparação da mão de obra, a educação tecnicista trouxe a instrumentalização para a fixação da ideologia do Estado. Nos anos de 1970, houve uma maior propagação desta educação, na tentativa de interligar a educação a economia em função do sistema capitalista. Consequentemente neste período a formação de professores, levaria a educação formar cidadãos hábeis para o mercado de trabalho, não teriam uma educação para formação crítica dos alunos:

A nova reestruturação da Lei n. 5.692/71 reestruturou os antigos primários e ginásio, criando o ensino de 1º e 2º graus. O ensino obrigatório passou de quatro para oito anos, formando um único ciclo chamado 1º grau de ensino. E, os três anos do antigo ensino colegial, passaram a constituir o 2º grau (LEMER, 2015, p. 30).

Com essa nova reestruturação podemos observar como ocorreu este processo do ensino técnico em Altamira, em entrevista professor Pedro, rememora esta mudança na educação

Na década de 70, passou para um ensino tecnicista lei 5.692/7, foi uma transição de um novo modelo de educação no Brasil, foi a reforma do ensino. O que acontece? A escola passa a visualizar a questão do profissionalismo. E a construção da escola Polivalente no primeiro momento foi para atender a demanda do Ensino médio, no entanto, não tínhamos professores capacitados para atender o Polivalente. Aí, o que o Estado fez, passa a dar formação, que era o curso de férias para os professores que iam trabalhar no Polivalente. Aí então se implantou o Ensino Fundamental. O Ensino Médio, existe hoje no Polivalente, porque o Mattias era a única escola autorizada do município e região para atender o ensino médio. O IMM ofertava o magistério, técnico contabilidade e técnico de comércio. Como a demanda aumentou não tinha onde colocar aluno, então o Polivalente que atendia só de 1º ao 9º ano ele vai ser cedido como anexo do IMM. A professora Marines que trabalhava no IMM foi nomeada vice diretora do Polivalente, porque a diretora era a Irmã Clemens. Então, eu creio que quase ninguém lembra disso! O ensino médio no Polivalente foi graças ao Mattias. Tanto que os alunos do Mattias apesar de estudarem no Polivalente, os certificados, a documentação deles é toda do Mattias. Isso perdurou até por volta de 1979. Depois, o Mattias foi transferindo a responsabilidade, para a escola. Então a escola Polivalente passa atender o ensino fundamental e médio profissionalizante que era técnico em comércio e técnico em contabilidade (PEDRO, 2018)

O ensino técnico na escola Polivalente (correspondente ao Ensino Médio), conforme relato do professor Pedro, funcionou inicialmente como anexo do IMM, única escola de Altamira credenciada para ofertar esse nível de ensino. Para atender aos alunos de 1º e 2º graus não seria suficiente apenas a construção do prédio escolar, era preciso investir também na qualificação dos professores.

Houve o crescimento do número de escolas, porém sem um prévio planejamento governamental. Compreende-se que este processo não foi simples, antes das mudanças para o ensino profissionalizante, esta escola foi construída com o objetivo de atender principalmente a demanda populacional que advém da construção da Transamazônica.

Outra demanda que teve um atendimento mais demorado é a alfabetização de jovens e adultos, pois o governo criou na reforma educacional, o MOBRAL, que foi implementado em Altamira pelo departamento de Divisão de Ensino do Estado, junto com os projetos para implantação da Transamazônica na década de 1970.

Cabe ainda destacar sobre o MOBRAL, que em 1964, o Ministério da Educação havia organizado o último dos programas nacional de alfabetização de adultos, que em seu planejamento incorporava as orientações de Paulo Freire. Sob repressão dos governos militares que se iniciou neste mesmo ano, esse programa se desestruturou, no entanto, mesmo com a forte repressão do governo ele continuou a se desenvolver. A base Freireana se reorganizou em espaços comunitários, resistindo à pressão contrária exercida pela ditadura.

O fechamento político e institucional que caracterizou a conjuntura brasileira nos anos 70 também não impediu que sobrevivessem ou emergissem ações educativas voltadas à alfabetização ARTIGOS Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001 61 e pós-alfabetização inspiradas pelo paradigma Freireano. Abrigadas freqüentemente em igrejas, associações de moradores, organizações de base local e outros espaços comunitários, essas iniciativas experimentaram propostas de alfabetização e pós-alfabetização de adultos que se nutriram no paradigma da educação popular, impulsionando a busca de uma adequação de metodologias e conteúdos às características etárias e de classe dos educandos (DI PIERRO; RIBEIRO, 2001, p. 60).

A professora Joana, que faz parte da pesquisa, considera o MOBRAL em Altamira, um programa de alfabetização diferenciado das expectativas do governo militar, ela fez parte da implantação deste programa no município, em que inicia apenas em 1978:

A forma de abordagem no MOBRAL não desprezava o que Paulo Freire pregava, “conhecer a realidade, está voltado para a formação do homem”, não

desprezávamos, isso, ao contrário pegamos lá e trouxemos para cá! Por isso deu muito certo, porque as pessoas falavam que o MOBREAL era muito mecânico, não tinha uma abordagem social, uma abordagem libertadora. Como trabalhávamos com os irmãos Lassalistas, da igreja católica, era muito interessante na época, pegávamos o que era bom e trazíamos para cá, aproveitamos os dois lados bons das duas ideologias, não ficamos arraigados no ba, be, bi, bo, bu! Fizemos um trabalho mais amplo, partindo das necessidades dos alunos. E as coisas funcionou, ficou muito bacana, não podemos ficar com uma visão! Sei que nem todo mundo teve essa oportunidade de fazer este trabalho. Nós formamos muita gente, muitos professores hoje passaram pelo MOBREAL na época, e muitos políticos saíram deste movimento, por que? Porque deu certo! (Joana, 2018)

A fala da professora está associada aos movimentos que resistiram a pressão da ditadura, pois o MOBREAL, em Altamira, foi executado em parceria com os Irmãos Lassalistas⁷ e, por este motivo se fez a junção com as propostas de Paulo Freire para a alfabetização de jovens e adultos. Vale lembrar que em Altamira, essa modalidade de ensino era realizada nos bairros, em igrejas, associações.

Outro marco relevante na educação pós abertura da Transamazônica são os apoios de instituições, como o Projeto Rondon, que desenvolvia trabalhos no PIC- Altamira, nas escolas do município, bem como, trabalhos voltados para apoiar a comunidade em geral. Por meio da entrevista com professora Maria é rememorado por ela alguns programas desenvolvidos na cidade.

Em 1978 passa a ser coordenado por mim. Era dado apoio, para orientar, coordenar e elaborar estratégias para conseguir um melhor rendimento para educação nas escolas, isso nas escolas. Mas o projeto Rondon tinha atuação em todas as áreas do conhecimento: Projeto de implantação de teste de campineira voltado para pecuária, produção de alimentos com programa uma horta em cada quintal, cursos para parteira o projeto Rondon mandava os materiais para o curso, incentivo na arborização da cidade com a produção de mudas, hortas comunitárias e escolares fazíamos aqueles canteiros suspensos por causa da terra seca, atendimentos odontológicos com palestras nas escolas para prevenção, teve curso de apicultura ministrado por biólogos de fora, tinha atendimento médico, tanto na cidade, escolas quanto aos ribeirinhos (MARIA, 2017).

Professora Maria fala dos projetos desenvolvidos demonstrando muita satisfação e alegria. Porém, no ano de 1980, a professora relembra o início da diminuição de recursos do governo federal. Professora Maria expressa indignação pela realidade que presenciou em Altamira:

⁷ Conhecidos como Irmãos de La Salle ou Irmãos Lassalistas, é uma congregação religiosa de irmãos leigos fundada por São João Batista de La Salle. Não formam uma ordem religiosa tradicional e se encontram dentro da Igreja Católica, os Irmãos são homens que, seguindo o chamado do Senhor, através dos votos religiosos de serviço educativo aos pobres, missão de educar crianças e jovens. No Brasil, os Lassalistas estão presentes desde 1907, em Altamira atualmente desenvolvem trabalhos voltados para dar suporte a educação, ofertam aulas de reforço, balé e capoeira, sem fins lucrativos.

Nos anos 80 foi o caos, porque o governo veio, trouxe todo mundo e, de repente foram embora. Quer dizer, como o Pará ia fazer? E a cidade? Eles não estavam preparados para aquele ônus, e o povo que já estava aqui já era paraense, muitos que puderam foram embora, mas muitas não tinham como, havia famílias que venderam tudo para vim para cá. Então, os governos fazem seus grandes projetos, se entusiasmam, coloca o povo para frente, e depois sai, e deixa o povo abandonado. Como o estado ia assumir aquele monte de aluno? Muitas pessoas para darem assistência à saúde. Então ficou muita pobreza, muita violência e doenças. Pois Altamira ia sair da área de segurança nacional, como ia fazer? Se não tinha os recursos do governo federal.

A cidade de Altamira teve um aumento significativo do êxodo rural que culminou no crescimento desordenado da cidade, tal realidade impactou diretamente na elevação do número de doenças e da violência.

A professora chama a atenção para a forma como a sociedade em geral se organizou para atender as demandas relacionadas a saúde, educação e segurança, considerando o grande aumento populacional, após o corte dos recursos federais. Professora Maria (2017) diz que a única saída foi a população começar a se organizar, de forma que em 1984 é criado o Grupo de Participação e Renovação de Altamira (GRUPARE), formado por instituições públicas e privadas que se uniram e, mesmo com poucos recursos conseguiram vencer os desafios e alcançar novos avanços educacionais na cidade, como a implantação de cursos universitários e ensino profissionalizante públicos em 1986.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi dialogar sobre os impactos de uma das maiores obras da ditadura, a construção da rodovia Transamazônica – BR-230, na educação escolar no município de Altamira. A migração, foi um dos fatores determinantes para a reestruturação local, considerando que a cidade precisou se readequar para atender uma demanda populacional bem acima do habitual. Houve uma necessidade da ampliação do número de escolas e também no nível de ensino ofertado. Pode-se destacar como limitação para a construção deste estudo, a carência de documentos oficiais sobre o processo educacional do período analisado.

Ao analisar as entrevistas e os relatos das memórias, bem como os documentos cedidos pelas escolas, foi possível compreender a realidade da educação escolar em Altamira entre os anos 1968 a 1974 e a consequência após a abertura da Transamazônica. A educação que era oferecida em apenas duas escolas públicas, foi ampliada entre 1970 e 1974.

Com início da construção da rodovia Transamazônica foram inauguradas duas escolas primárias no município no ano de 1970, outra escola primária no ano de 1973, neste mesmo ano autorizam o funcionamento escolar de uma das escolas mais antigas de Altamira,

com ensino de 1ª a 4ª série, e em 1974 foi construída mais uma escola, ofertaria o 1º e 2º grau, para atender os novos estudantes.

A educação escolar em Altamira, presenciou neste período a ausência de professores habilitados para os níveis escolares de 1º e 2º grau, que atendessem as demandas de 5ª a 8ª série e do ensino técnico. Da mesma maneira a necessidade da implantação de Cursos Universitários, na área da Licenciatura Plena, de acordo com o que era previsto a Lei 5.692.

Por tanto, com o advento deste grandioso projeto esperava-se um planejamento educacional que funcionasse antes do início da construção, considerando o aumento populacional, em decorrência dos trabalhadores e migrantes com suas famílias vindos de outras regiões do Brasil em busca de oportunidades de emprego, culminaria no acréscimo da demanda educacional, e a estrutura existente não seria suficiente. Esperava-se segurança e desenvolvimento para implantação desta Rodovia.

Porém, diante de todo o contexto, foi possível perceber que os grandes projetos governamentais de integração para esta região não se preocuparam com problemas que seriam gerados, a saber, os sociais, os culturais e os da própria infraestrutura local, sendo presenciado até hoje o descaso e o abandono, que influenciam diretamente na educação dos cidadãos. Contudo espera-se que este estudo colabore para a reconstrução das memórias educacionais do município e para compreender as mudanças resultantes de grandes projetos sobre a educação escolar.

REFERÊNCIAS

BECKER, K. Bertha. **Modelos e cenários para a Amazônia: o papel da ciência revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? Parcerias Estratégicas** - Número 12 - Setembro 2001.

BRASIL. **I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)** – 1972-1974. Brasília: Presidência da República, 17 de dezembro de 1971.

_____. **Decreto-Lei Nº 8.529- Lei Orgânica do Ensino Primário.**, de 2 de janeiro de 1946.

_____. **Decreto-Lei Nº 4.244- Lei orgânica do Ensino Secundário**, de 9 de abril de 1942.

_____. IBGE. **Censo demográfico 1970/2000**. Base de Dados SIDRA. Site: www.ibge.gov.br , acesso em 15 de junho de 2018.

CRUZ, Vilma Aparecida Gimenes. **Pesquisa em educação**. São Paulo: Pearson Haal, 2009.

DI PIERRO, Maria Clara; RIBEIRO, Orlando Joia Vera Masagão. **Visões Da Educação De Jovens E Adultos No Brasil**. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001

FREITAS, Léia Gonçalves; ALVES, Laura Maria Silva Araújo. **A infância em altamira na década de 1970: os impactos socioculturais na educação da criança**. v. 17, n. 36, p. 109-119, Uberaba, 2017 <http://www.revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/viewFile/1079/1335>

FERREIRA, A.; BITTAR, M. **A ditadura militar e a proletarização dos professores**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 97, p. 1159-1179, set./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n97/a05v2797.pdf>

GERMANO, José Willington. **O discurso político sobre a educação no Brasil autoritário**. Cad. Cedes, vol. 28, n. 76, p. 313-332, set./dez. Campinas, 2008. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>

LACERDA, Paula Mendes. **Movimentos sociais na Amazônia: articulações possíveis entre gênero, religião e Estado**. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum. Belém, v. 8, n. 1, p. 153-168, jan.-abr. 2013.

LEME, Renata Bento. **Formação de Professores na Ditadura Militar (1964 – 1985)**. Renata Bento Leme – Faculdade de Filosofia e Ciências/ Unesp. <http://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/jornadadonucleo/formacao-de-professores-na-ditadura-militar-1964--1985.pdf>

MARTINS de SOUZA, César. **Ditadura, grandes projetos e colonização no cotidiano da Transamazônica**. Revista Contemporânea – Dossiê 1964-2014: 50 Anos Depois, A Cultura Autoritária Em Questão Ano 4, Nº 5 | 2014, Vol.1

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais - pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

MORBACH, Marise Rocha. **A publicidade no período Médici: os efeitos da propaganda de ocupação da Amazônia**. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Campo Grande – MS <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2001/papers/NP3MORBACH.PDF>

Moran, Emílio F. . **Estratégias de sobrevivência: o uso de recursos ao longo da rodovia Transamazônica**. Acta Amazônica. vol.7 (363-379 Manaus, 1977.

NETO. Manoel Aires da Silva. **Políticas públicas, propaganda e movimentos sociais na Amazônia do período militar**. http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1394142879_ARQUIVO_PAPER.pdf

NÓVOA, António (org.) **Vidas de Professores**. 2ª ed. Portugal: Porto Editora, 1992.

OLIVEIRA Cassiane, DONATO, Jucélia; ALVARENGA, Sheila; LIMA, Suelen. **Processos de colonização cidade de Altamira-Pa.** Recanto das Letras, Julho de 2010. <https://www.recantodasletras.com.br/artigos/2408787>, acesso em 30 de maio de 2018.

REGO, Renato Leão. **A integração cidade-campo como esquema de colonização e criação de cidades novas: do Norte Paranaense à Amazônia Legal.** R. B. Estudos urbanos e regionais V.17, N.1, abril 2015.

ROMANI, Carlo; SOUZA, César Martins de; NUNES Francivaldo Alves. **Conflitos, fronteiras e territorialidades em três diferentes projetos de colonização na Amazônia.** Tempos Históricos, p. 164-190 ISSN 1517-4689 (versão impressa) • 1983-1463 (versão eletrônica), Volume 18 • 2º Semestre de 2014.

SILVA, Cristiani Bereta da. **Autores, textos e leitores: diferentes formas de narrar o “tempo dos exames de admissão ao ginásio” (1950-1970).** v. 19, n. 1, p. 81-114, jan./jun. 2016.

SOUZA, César Augusto Martins de. **A estrada Invisível: memórias da Transamazônica.** Tese de Doutorado em História. Niterói, PPGH/UFF, 2012.

SOUZA, César Martins. **Ditadura, grandes projetos e colonização no cotidiano da Transamazônica.** Revista Contemporânea, ano 4, nº 5, vol.1, 2014.

SOUZA, César Martins. **Morte, saúde e ditadura na construção da Transamazônica.** Tempos Históricos, Vol.19, 2º semestre de 2015.

ANEXO E APÊNDICES

**ANEXO A- NORMAS DA REVISTA EDUCAMAZÔNIA PARA SUBMISSÃO DE
ARTIGOS
REVISTA EDUCAMAZÔNIA NORMAS PARA SUBMISSÃO**

1. Os originais submetidos para publicação deverão ser digitados num processador de texto (Windows). Os autores deverão enviar os artigos exclusivamente por e-mail institucional da diretora da revista: suelyanm@ufam.edu.br. *A extensão é livre, contudo, se possível, não ultrapassar as 28 páginas* digitadas a 1,5 espaços em folhas A4, letra Times New Roman, 12 pt. Nestas 28 páginas incluem-se resumos, quadros, figuras, notas de rodapé e bibliografia. Os subtítulos dos artigos devem estar em negrito.
2. Para os endereços eletrônicos informados no item 1, deverão anexar-se dois arquivos separados onde constem os seguintes elementos: arquivo 1:: título do artigo; nome e enquadramento institucional do(s) autor(es); endereço completo (incluindo telefone, fax e e-mail) do autor responsável por toda a correspondência relacionada com o manuscrito; arquivo 2: resumo em *português, espanhol, francês ou inglês*: título do artigo; resumo (com um máximo de 250 palavras); palavras-chave (no máximo de 6) e o corpo do artigo com introdução, desenvolvimento (sub títulos) , conclusão e referências.
3. Com exceção dos artigos escritos "a convite", todos os restantes trabalhos recebidos serão avaliados anonimamente por especialistas na área respectiva. Por tal motivo, a identificação dos autores não deverá constar *em nenhum ponto do manuscrito*. A primeira página de texto deverá iniciar-se com o título do artigo. O nome do (s) autor (es) deverá (ão) ser identificado (s) na mensagem de envio do texto, anexo 1 via e-mail. EX: *Envio anexo o artigo original de minha autoria: Propriedades psicométricas da escala QEAM48 junto a estudantes universitários do Amazonas para avaliação pela Comissão Científica da Amazônica Revista de Psicopedagogia, Psicologia Escolar e Educação, conforme normas vigentes. - Maria Antonieta da Conceição Aparecida de Almeida - autora*
4. Os quadros e figuras deverão ser sequencialmente ordenados em numeração arábica e devem ser referenciados através dessa numeração no texto do artigo, por exemplo: "...cf figura 10..." e não: "...na figura seguinte...". Não podem exceder as dimensões 11 x 17 cm, fonte 10, correspondentes à mancha de texto e devem ser enviados os arquivos do programa em que foram editados originalmente. Essa edição deve ser para impressão a

preto e branco. Não utilizar notas de rodapé numeradas. Em caso de necessidade utilizar asterisco (*).

5. As *referências bibliográficas* serão integradas no texto de acordo com o sistema autor-data. Em caso de citações textuais, acrescentar-se-á o número da página.
6. Os artigos publicados são da exclusiva responsabilidade dos respectivos autores. A Comissão de Redação reserva-se o direito de não publicar os originais a que a Comissão Científica não atribua nível adequado, ou que não obedeçam às normas da ABNT ou APA.
7. Os originais aceitos para publicação são propriedade editorial da Revista/EDUA. Qualquer reprodução integral ou parcial dos mesmos apenas pode ser efetuada após autorização escrita da Comissão de Redação/EDUA.
8. Os autores receberão gratuitamente uma revista.
9. Fica entendido que os trabalhos aceitos estarão sujeitos à revisão editorial. Qualquer modificação substancial no texto será submetida aos autores

Para esclarecer dúvidas os autores deverão consultar as normas de publicação da ABNT ou APA, última versão. Datas limite para recebimento de trabalhos: I semestre 31 de março - II semestre 30 de setembro. Resposta de 70 a 120 dias após o recebimento.

APÊNDICE A- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE**

Eu, _____ li e ouvi os esclarecimentos sobre a pesquisa realizada pela graduanda ELICA NÉ DE OLIVEIRA RIBEIRO, matrícula 201403040038 da qual participarei. A explicação que recebi esclarece os benefícios da pesquisa e que a mesma não me oferece riscos. Entendo que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento, sem justificar minha decisão. Estou ciente que os dados coletados serão divulgados. Ainda estou ciente, que não terei despesas e não receberei dinheiro por participar do estudo.

- () Concordo em participar da pesquisa e autorizo a divulgação do meu nome.
() Concordo em participar da pesquisa, porém solicito garantia do meu total anonimato.

Assinatura do entrevistado

Pesquisadora

Professor Orientador

Altamira, _____ de _____ de 2018.

APÊNCIDE B- ROTEIRO DE ENTREVISTA

Roteiro para entrevista

Identificação da Entrevistada

Nome: _____

Cidade de Nascimento: _____

Formação _____

Tempo que atua na docência na Região de Altamira. Em quais órgãos de ensino atuou?

Como era a educação antes da Transamazônica? Quais eram as escolas públicas que existiam? Tinha escolas privadas, alfabetização, de 1ª a 4ª série, primário, ginásio? (1969)

Quais as transformações que a educação escolar sofreu com a Transamazônica? Existia algum projeto para essa demanda populacional?

Houve investimentos na educação escolar em Altamira para a chegada da Transamazônica e quais foram às escolas construídas na sua abertura? (1970)

Como se deu o fenômeno da migração na cidade, seus reflexos na educação?

Pensaram numa educação diferenciada para as pessoas que vinham de fora da região ou foi do mesmo jeito?

Houve investimentos na Educação de Jovens e adultos, para os Trabalhadores?

Houve a implantação do MOBRAL?

Quais escolas construídas até 1974, ensino fundamental, médio (ordem cronológica)?

Resgatar a história e a memória da educação neste período, como era, o que foi feito, quem eram os órgãos responsáveis antes e depois.

Há fotos dessa época? De escolas, professores, alunos.